

GREVES, CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES IDEOLÓGICAS NO SINDICALISMO BRASILEIRO RECENTE (1989-2013)¹

Davisson Cangussu de Souza²

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Guarulhos)

Patrícia Vieira Trópia³

Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Introdução

No final dos anos 1970, quando a tese do fim do protagonismo do movimento operário ganhava força na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil vivia uma situação inversa, caracterizada pela ascensão da lutas sindicais. O ciclo de greves iniciado no ABC em 1978, e que atravessa toda a década de 1980 – em uma conjuntura de luta pela redemocratização e pela constitucionalização dos direitos sociais no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte – colocou em evidência que a debilidade do movimento operário observada nos países capitalistas mais desenvolvidos não se estendia ao caso brasileiro.

Mas este cenário também sofre uma inflexão no Brasil. Na década de 1990, em função das políticas neoliberais (abertura comercial e financeira, privatizações e redução dos gastos sociais), bem como das profundas transformações técnicas do processo produtivo, crescem as demissões e a informalidade, levando o movimento sindical a uma situação defensiva. Nesse contexto, ocorre uma redução do número absoluto de greves e de jornadas não trabalhadas (em geral e do operariado industrial, em particular) e são notadas alterações importantes tanto nas pautas de reivindicações, que se tornam mais defensivas, quanto nas táticas e estratégias de luta do movimento sindical reivindicativo – o que acabou levando sindicatos e trabalhadores a lutarem para perder menos.

¹ Uma versão parcial deste texto foi apresentada na *II Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais*, realizada em Dijon-França, de 15 a 18 de maio de 2013.

² Professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Guarulhos), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classes e Conflitos Sociais (Gepecso). Correio eletrônico: davissonhistoria@yahoo.com.br

³ Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Correio eletrônico: tropia@uol.com.br

Esta inflexão na atividade grevista foi, naquele momento, alvo de polêmica entre os estudiosos do sindicalismo no Brasil. Para alguns, tratar-se-ia de uma “crise” provocada pela queda do crescimento econômico, do aumento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho, que teriam fragmentado a classe trabalhadora e obrigado os sindicatos a uma atuação menos conflitiva (RAMALHO, SANTANA, 2003 ; I. J. RODRIGUES, 1999). Para outros, esta crise seria um sintoma do declínio histórico do sindicalismo no contexto de uma suposta “sociedade pós-industrial” na qual os sindicatos não teriam mais espaço (RODRIGUES, 1999). Por fim, há autores que se referem a este período como de refluxo do movimento sindical, dado pela conjuntura adversa, mas que poderia ser retomado em um contexto mais favorável (BOITO JR., 2003).

A onda descendente das greves vivida a partir do início dos anos 1990 se mantém até o início do governo Lula, quando se inicia um novo momento grevista. Alguns autores têm analisado este impulso recente como de revitalização do movimento sindical brasileiro, caracterizada pela retomada das greves nos setores público e privado, pelo crescimento do número de grevistas e por mudanças importantes nas pautas de reivindicação, posto que, embora predominantemente econômicas, as greves demandam aumento salarial, reposição da inflação e melhorias nas condições de trabalho (BOITO MARCELINO, 2010; ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014). Além destas tendências, observa-se o aumento do número de grevistas e de horas paradas (nas esferas pública e privada) e uma importante inflexão nesta variável a partir de 2007, quando o número de trabalhadores parados por greve na esfera privada supera os da esfera pública.

Um levantamento das análises dos ciclos grevistas no Brasil recente (ALVES, 2000; BOITO JR.; MARCELINO, 2010; GANZ LÚCIO, 2008; MATTOS, 2007, NORONHA, 2009, NORONHA, ELIAS JR., GEBRIM, 1998; POCHMANN, 2005) permite afirmar que, em linhas gerais, predominam as explicações de natureza político-institucional (mudança dos governos, crises políticas etc.), mas sobretudo as de natureza econômica, que relacionam as greves a indicadores do custo de vida dos trabalhadores (nível salarial, inflacionário, de emprego etc.).

Ao analisarmos esta bibliografia, algumas observações se impõem. Se é verdade que os autores fazem o esforço de relacionar os ciclos grevistas ao movimento econômico, menor atenção tem sido dada, porém, tanto às transformações político-ideológicas no interior do sindicalismo quanto a alguns importantes episódios da luta popular e sindical

que, política e ideologicamente, servem de estímulo ou freio aos movimentos ascendentes e descendentes dos ciclos grevistas.

Partimos de um pressuposto mais geral segundo o qual a explicação para a evolução das greves é multicausal. Assim, além de possuir uma forte correlação com os processos macro políticos e econômicos característicos da conjuntura, os ciclos grevistas devem ser compreendidos pela própria dinâmica da luta e dos rumos tomados pelo sindicalismo. Neste sentido, como o movimento sindical não está isolado de outros movimentos sociais, também a dinâmica das lutas populares importa na compreensão dos ciclos grevistas.

Nosso propósito é refletir sobre os ciclos grevistas que compreendem o período 1989-2013, tomando como fonte os dados disponibilizados pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (SAG/Dieese). Buscaremos então evidenciar as múltiplas causas que explicam a evolução das greves durante este período.

O texto está dividido em três partes.

Em primeiro lugar, tomando como elemento central a conjuntura política, discorreremos sobre a relação entre as greves, os mandatos presidenciais e as principais medidas político-econômicas dos respectivos governos que afetaram a classe trabalhadora.

Na segunda parte, analisaremos a relação entre os diferentes momentos dos ciclos grevistas e os constrangimentos econômicos que consideramos centrais, quais sejam, o índice de desemprego, o salário médio real, a inflação e a taxa de crescimento do PIB.

Por último, analisaremos as principais transformações político-ideológicas do sindicalismo brasileiro recente, tomando como referência o processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro, o posicionamento das duas maiores centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, bem como a organização de centrais à esquerda da CUT, como a CSP-Conlutas e a Intersindical.

1. As greves e a conjuntura político-econômica

Desde as grandes greves do ABC até o presente é possível delinear três grandes ciclos grevistas no Brasil:

i) de 1978 a 1989, um ciclo de ascensão grevista, relacionado ao contexto de fortalecimento das lutas populares pela redemocratização e à necessidade de recuperação dos salários diante da hiperinflação; ii) de 1989 a 2008, um ciclo de refluxo das greves, marcado especialmente pelo aumento do desemprego, efeito da

reestruturação capitalista e das políticas neoliberais, e pelas transformações ideológicas de setores hegemônicos do sindicalismo combativo do período anterior em direção a um sindicalismo de caráter mais propositivo; iii) a partir de 2008 dá-se início um novo ciclo, ainda inconcluso e com contornos indefinidos, mas que nos permitirá, mais adiante, traçar algumas hipóteses. Neste artigo trataremos dos dois últimos períodos, terminando nossa análise no ano de 2013, até onde temos dados disponíveis⁴. O Gráfico 1 abaixo mostra a evolução das greves no período de 1989 a 2013.

Uma leitura inicial destes dados permite a observação de, pelo menos, cinco momentos de oscilação no nível de atividade grevista:

- 1) de 1989 a 1992, momento em que o número de paralisações sofre uma acentuada queda⁵;
- 2) de 1993 a 1996, momento caracterizado por um novo impulso grevista;
- 3) de 1997 a 2000, um novo momento em que as greves voltam a refluir;
- 4) de 2001 a 2007, um momento de estagnação, em que o número de greves se estabiliza nos patamares mais baixos de sua história recente;
- 5) a partir do biênio 2008-2009, no contexto da crise capitalista mundial, observa-se um novo momento ascendente, em que o número de greves volta a crescer⁶.

Caracterizamos os quatro primeiros momentos como um ciclo, marcado pela redução da atividade grevista relativamente aos anos 1980 e, o último, como o início de um novo ciclo que, embora ainda em curso, parece indicar um salto qualitativo do movimento sindical brasileiro. Confirmando-se o patamar de 1800 greves no ano de 2013, a tese do declínio do sindicalismo empiricamente se esvai e as teses segundo as quais são os chamados “novos movimentos sociais” os protagonistas das lutas no Brasil contemporâneo se enfraquecem.

A Tabela 1 (em anexo) permite observar as tendências de greves com base nos mandatos presidenciais.

⁴ Os dados coletados pelo Dieese podem ser analisados segundo as seguintes variáveis: número de greves; número de grevistas; horas paradas; reivindicações mais frequentes; tipo de reivindicações (defensivas, propositivas, etc.); resultados; esfera (pública ou privada) e setor; categoria; abrangência (local, regional, municipal). Neste artigo nos restringiremos à quantidade de eventos, já que o mais importante para uma primeira aproximação ao nosso objeto é captar as tendências presentes em cada ciclo.

⁵ Segundo o Dieese, em 1989 foram deflagradas 1.962 greves, número que cai para 1.774 em 1990, 1.041 em 1991 e 556 em 1992.

⁶ Segundo o Dieese, foram realizadas 554 greves em 2011 e 873 em 2012. Levantamento parcial da entidade já registrou 1800 greves em 2013, o maior número desde 1996.

Tomando como referência esta periodização, verifica-se que, entre 1990 e 2013, do total de 16.420 greves,

1) 3.371 foram deflagradas durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), das quais 2.815 ocorreram somente no biênio 1990-91; ademais, registra-se a ocorrência de 1.679 greves no governo Itamar (1993-1994).

2) nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) na presidência da República foram registradas 5.191 greves (3.446, no primeiro mandato e 1.745 no segundo);

3) nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) foram deflagradas 2.952 greves (1.261 no primeiro mandato e 1.691 no segundo);

4) por fim, nos três primeiros anos do governo de Dilma Rousseff (2011-2013) foram realizadas 3.227 greves, número que indica um momento ascendente do ciclo grevista.

O ano que concentra o maior número de greves é 1990, primeiro ano do governo Collor, em contraposição ao último ano do governo FHC, quando foram deflagradas 298 greves. A média anual de greves no governo Collor foi de 1.123,7 greves anuais, número que cai para 839,5 no governo Itamar e 861,5 no primeiro mandato de FHC. No segundo mandato de FHC observa-se uma queda ainda maior, já que a média anual de greves cai para 436,3, redução ainda maior no governo Lula, que presenciou uma média de 315,3 no primeiro mandato, a menor média de todo o período, e 422,8 no segundo. Tendência oposta se verifica no governo Dilma. Se considerarmos os dados parciais do Dieese de 2013, a média alcança 1.075,6 greves anuais, o que se aproximaria do recorde vivido nos três anos de Collor.

Ao observar o ciclo grevista, é possível fazer um paralelo entre os cinco momentos descritos acima e os mandatos presidenciais.

1) O governo Collor, embora tenha enfrentado em seu primeiro ano um expressivo número de greves, foi marcado por uma acentuada queda da atividade grevista, o que nos impõe indagar quais teriam sido as razões deste decréscimo. Neste governo não foram poucos os constrangimentos impostos à atividade sindical, tanto pelos efeitos da crise econômica quanto pelo caráter antipopular das políticas adotadas (especialmente a desindexação dos salários e a abertura comercial às exportações). A derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais, tendo Lula como candidato, produz efeitos ideológicos de monta tanto no próprio partido quanto na CUT. Por sua vez, as disputas no interior do sindicalismo se acirram, como veremos mais à frente, com a

organização do campo pelego e da corrente do sindicalismo de resultados na criação da Força Sindical.

2) Durante o governo Itamar e os primeiros anos do primeiro mandato de FHC, o número de greves voltou a crescer, mas sem atingir o mesmo potencial do início da década. Nesse momento os efeitos mais duros da crise do início da década de 1990 já haviam sido superados, como demonstraremos mais adiante. Todavia, é nesta fase que a hegemonia neoliberal se realiza no Brasil, colocando o movimento sindical, operário e socialista em uma situação política e ideologicamente defensiva.

3) Entre a segunda metade do primeiro mandato e a totalidade do segundo governo de FHC, o movimento grevista registrou seu maior declínio na história recente. Entre os fatores que contribuem para explicar esse refluxo podemos destacar a estabilização da moeda após a implantação do Plano Real (1994), a intensificação de medidas macroeconômicas de natureza neoliberal (privatizações, enxugamento do funcionalismo público, reforma trabalhista flexibilizante etc.) e o caráter autoritário do governo face à resistência de uma parte do movimento sindical (ROMAO, 2006);

4) Durante o primeiro e parte do segundo mandato de Lula, as greves se estabilizaram no patamar mais baixo de sua história. O desempenho econômico favorável à classe trabalhadora (aumento do salário mínimo, redução da informalidade e do desemprego, retomada da contratação de funcionários públicos, aumento dos recursos e dos gastos com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família) e a aliança e o apoio dos setores majoritários do sindicalismo (mesmo que o governo tenha adotado medidas antipopulares, como a reforma da previdência), especialmente da CUT e da Força Sindical, contribuem para explicar o contido número de greves deste período.

5) No segundo mandato de Lula e especialmente durante o primeiro mandato de Dilma a atividade grevista passa por um novo período de ascensão – o que se explica pela conjuntura de crise capitalista de 2008-2009, mas também pelo esgotamento do modelo de crescimento promovido pelos governos petistas, fatores que impulsionaram o movimento sindical à luta por melhoria salarial e melhoria nas condições de trabalho. Os ganhos obtidos – ao menos nos setores mais dinâmicos da indústria – acabam atuando como estímulo e impulso a outros setores e categorias, o que se expressa no

alto índice de greves e de categorias que conquistaram a reposição da inflação e aumento salarial⁷.

Antes de passarmos à análise dos constrangimentos econômicos que incidem sobre a atividade grevista, é necessário tecer algumas observações. Embora o número médio de greves no primeiro mandato de Lula (2003-2006) marque o patamar mais baixo da história recente, é preciso sublinhar que a tendência de queda e estancamento das greves já estava em curso. Por isso não nos parece correto afirmar, de maneira unilateral, que o governo Lula tenha sido menos propício à atividade sindical, por conta da política de alianças com as principais centrais sindicais (especialmente a CUT). Foi durante o governo de Collor e no segundo mandato de FHC que a atividade sindical sofreu os mais duros constrangimentos e as quedas foram mais significativas. Vale destacar também que estes dois últimos governos foram marcados pela aliança com os setores adeptos do sindicalismo propositivo e de resultados e por um forte ataque às lutas sindicais e populares. As câmaras setoriais foram instaladas durante o governo de Collor e a Força Sindical, criada em 1991, apoiou tanto Collor como FHC. No governo deste último se deu a estabilização monetária, o que inibiu as greves por reposição salarial, e as políticas de privatizações e abertura comercial e financeira provocaram o crescimento do desemprego, inibindo a atividade sindical pelo “medo das demissões”.

Por fim, tomemos o crescimento das greves a partir de 2008, especialmente no governo Dilma. Primeiramente, é importante destacar o início de um novo ciclo de greves no Brasil, contrariando a tese de que o sindicalismo brasileiro estaria vivendo um declínio histórico. Em segundo lugar, é importante salientar que o governo Dilma encontra maior resistência no meio sindical. Por fim, sobretudo após a Reforma Sindical, que resultou na Lei de Reconhecimento das Centrais, em 2008, verifica-se um novo dinamismo no movimento sindical brasileiro, com o surgimento de centrais mais combativas, como a CSP-Conlutas e a Intersindical, e a reanimação das lutas no interior da própria CUT. Não menos importante tem sido a deflagração de greves à revelia das entidades sindicais representativas, afinal um conjunto de medidas contrárias ao discurso dos governos petistas acabaram flexibilizando direitos trabalhistas, precarizando e, em alguns casos, tornando insuportáveis as condições de trabalho, na conjuntura que envolveu as obras para a Copa do Mundo.

7 Segundo Araújo e Oliveira (2014), de 2004 a 2009, as negociações salariais tiveram ininterruptamente resultados positivos para mais de 80% das categorias, que conquistaram reajustes iguais ou superiores ao INPC.

No segundo governo Lula foram instituídas as seguintes mudanças: o Contrato do Primeiro Emprego, a legalização de contratos de prestadores de serviços, organizados em empresas de uma só pessoa, denominados “PJs”, a regulamentação de procedimentos diferenciadores para pequenas e micro empresas através do Super Simples e a emenda associada à criação da chamada super Receita, que retira o poder dos auditores fiscais do trabalho de reconhecerem o vínculo empregatício entre os “PJs” e as empresas contratantes dos seus serviços (GALVÃO, 2009; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

O ponto de partida da análise do movimento grevista tendo em vista os mandatos presidenciais conduz ao questionamento das políticas gestadas por estes governos que tiveram impacto nas condições de vida e no salário dos trabalhadores. A seguir faremos uma análise dos constrangimentos econômicos e sua relação com os diferentes momentos vividos pelo sindicalismo ao longo do período estudado.

2. As greves e os constrangimentos econômicos

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por intensas mudanças técnicas e na gestão nas empresas capitalistas brasileiras (novas tecnologias, enxugamento, terceirização, descentralização, informatização etc.), que buscaram poupar força de trabalho para a recomposição das taxas de lucro. Valeria uma análise da relação entre aquelas medidas e o perfil das greves (negociação de banco de horas, reivindicação de PLR, aparecimento de grevistas terceirizados etc.). Porém, priorizaremos nesse momento a análise dos principais efeitos dessas medidas (crescimento das demissões, arrocho salarial, precarização do trabalho etc.) sobre a atividade grevista, em um contexto de reestruturação do capital e de hegemonia das políticas neoliberais. Neste item verificaremos como as greves estão relacionadas a indicadores econômicos chaves para a compreensão das condições de vida da classe trabalhadora: o desemprego, a inflação, o salário médio real e a taxa de crescimento do PIB. Vejamos os dados.

É possível observar a partir do Gráfico 2 (em anexo) que, embora se tratem de fenômenos multicausais, o índice de desemprego e a atividade grevista estão fortemente correlacionados: ou seja, cresce o número de greves em momentos de redução do desemprego; e cai a atividade grevista quando o desemprego aumenta. Dito de outra forma, no longo prazo, a “tendência geral” é de uma relação inversamente proporcional entre desemprego e atividade grevista.

Vejamos com detalhes. 1) Durante o governo Collor (1990-1992) observa-se crescimento do desemprego e redução das greves. 2) De 1993 a 1995 a tendência se inverte: a taxa de desemprego cai e o número de greves sobe. 3) De 1996 a 1999 o desemprego volta a crescer e o número de greves diminui. 4) Entre 2000 e 2003, após um leve decréscimo, o desemprego tem o maior crescimento do período, estabilizando-se em índices elevados (de mais de dois dígitos) e a atividade grevista estanca no patamar mais baixo de sua história recente. 5) De 2004 a 2007 o desemprego começa a cair, mas o número de greves segue estacionado. 6) porém, de 2007 em diante, mesmo após um breve período de inflexão durante a crise capitalista, o desemprego segue reduzindo, mantém-se em um nível baixo, e o número de greves volta a crescer.

Vejamos a seguir como o custo de vida incide sobre a prática grevista (Gráfico 3, em anexo). Como sabemos, a hiperinflação foi um dos principais motivadores da “explosão” grevista na década de 1980 e início dos anos 1990 (NORONHA, 1991). Por sua vez, o controle inflacionário a partir do Plano Real também explica em boa medida a redução do patamar de greves do período subsequente. Como os patamares de inflação anteriores e posteriores a 1994 diferem muito, apresentaremos a seguir um exercício analítico a partir de 1995.

Observa-se uma forte correlação entre o decréscimo das greves e o controle da inflação nos primeiros anos após o Plano Real, no primeiro mandato de FHC. Na sequência, tanto a atividade grevista como a inflação se mantém em patamares baixos até o início de um novo ciclo, a partir de 2008, em que a inflação não se apresenta como um componente decisivo para explicar o crescimento das greves. Nossa hipótese é de que, apesar de não ser possível verificar uma nova escalada inflacionária, a herança do modelo econômico do Real foi o arrocho salarial, que foi sentido pela classe trabalhadora em pequenas doses ao longo dos anos⁸. A situação econômica favorável de baixo desemprego contribui então para criar condições mais favoráveis para ganhos salariais, inclusive acima da inflação, como os dados do Dieese vêm mostrando.

Tomemos a seguir a relação entre o movimento grevista e o salário médio real, provavelmente uma variável explicativa mais plausível, já que é a partir de sua evolução que podemos verificar se o ganho dos trabalhadores acompanha a depreciação salarial provocada pela inflação. Observa-se no Gráfico 4 (em anexo) que existe uma forte

⁸ O congelamento dos salários dos servidores públicos federais e de diversos estados ao longo dos anos 1990 e 2000 são exemplo disso.

correlação entre salário e greve, pois os períodos de redução da atividade grevista correspondem aos de maiores perdas salariais, ao passo que os períodos de crescimento de greves correspondem a maiores ganhos salariais – o que evidencia a importância das greves como instrumento de luta por melhores salários.

É possível então verificar algumas tendências. 1) Entre 1990 e 1992 a redução do salário médio real coincidiu com o decréscimo do número de greves. 2) De 1993 a 1996 se verifica uma recuperação do salário, justamente no período de reaquecimento das greves. 3) De 1997 a 1999 se observa uma contra-tendência, já que os salários continuaram subindo embora a quantidade de greves tenha caído. A explicação para tal fenômeno pode estar relacionada ao controle inflacionário, experimentado após os primeiros anos de implantação Plano Real, que inibiu as greves por reposição dos salários, os quais tiveram um ganho relativo neste período, embora à custa de altas taxas de desemprego. 4) De 2000 a 2005, é nítida a relação entre redução dos salários e da atividade grevista: ambos atingem o patamar mais baixo do período considerado. 5) Entre 2006 e 2010, novamente os salários e as greves voltam a subir, tendência que se torna ainda mais evidente de 2011 em diante.

A correlação entre a taxa de crescimento do PIB e as greves também é observável, como demonstra o Gráfico 5 (em anexo).

1) O período de 1990 a 1992 foi marcado por uma taxa de redução do PIB acumulada em 3,91% e por um acentuado decréscimo no número de greves. O crescimento do desemprego e a redução dos salários neste período prepararam o terreno para uma recuperação das taxas de lucro do período subsequente. 2) Assim, de 1993 a 1997, o crescimento de 20,9% do PIB coincidiu com o aumento atividade grevista. Neste período, o desemprego teve uma leve redução e os salários voltaram a crescer, preparando uma nova crise de acumulação do capital. 3) Desse modo, de 1998 a 2003, o PIB tem um crescimento mais tímido (9,68%), justamente quando as greves sofrem uma nova queda. O desemprego aumenta e os salários caem, abrindo novas possibilidades para o crescimento das taxas de lucros. 4) Isso ajuda a explicar porque no período de 2004 a 2010 o PIB apresenta um crescimento espetacular de 31,28%, o que possibilitou uma leve recuperação dos salários, queda do desemprego e reaquecimento da atividade grevista; 5) a partir de 2011, o crescimento do PIB é mais tímido (3,7% nos três primeiros anos do governo Dilma), e os salários têm uma recuperação ainda mais significativa, motivada pela onda grevista deste momento.

A análise desses dados aponta dois grandes movimentos tendenciais: por um lado, os períodos de baixo crescimento são precedidos por períodos de recuperação salarial e de redução do índice de desemprego, que reaquecem o movimento de greves; por outro, os períodos de maior taxa de crescimento do PIB são precedidos por períodos de redução dos salários e do emprego, que tendem a inibir a atividade grevista.

Nossas conclusões até aqui não pretendem sugerir que o movimento sindical e a atividade grevista sejam epifenômenos, ou seja, efeitos mecânicos e inevitáveis das políticas dos governos e dos efeitos dos ciclos econômicos capitalistas sobre o emprego e o salário. Os movimentos de resistência, embora sujeitos a constrangimentos resultantes da relação de forças políticas e econômicas, estão sempre abertos pela conjuntura. A correlação entre os fatores observados não se deve ao caráter inevitável das mudanças e ao comportamento natural dos trabalhadores a seus efeitos, mas também às mudanças ideológicas, que por sua vez produzem efeitos sobre as respostas práticas dadas pelo movimento sindical aos conflitos em cada conjuntura. É necessário analisar, neste sentido, essas transformações de fundo do sindicalismo brasileiro, tendo em vista as principais centrais sindicais presentes no cenário nacional.

3. As greves e as transformações ideológicas no sindicalismo

Neste item, analisaremos o ciclo grevista tendo como referência as transformações político-ideológicas pelas quais passou o sindicalismo durante o período analisado. Souza (2013) afirma que a política sindical diante das demissões, do desemprego e dos desempregados entre 1990 a 2002 foi resultado e alavanca das principais mudanças vividas no interior do sindicalismo brasileiro. Assim, partindo de estudos sobre a CUT e a Força Sindical, o autor propõe a seguinte periodização: 1) de 1990 a 1992, é possível observar os primeiros sinais de mudança do sindicalismo cutista em direção a uma estratégia mais propositiva; neste mesmo período surge a Força Sindical, aglutinando duas correntes sindicais de oposição à CUT e em apoio ao governo Collor e sua plataforma: a corrente do sindicalismo de resultados e o peleguismo (TROPIA, 2009); 2) de 1993 a 1995 esta estratégia se consolida, especialmente a partir da política de câmaras setoriais para enfrentar as demissões, defendida pela ala majoritária da CUT e pela recém-criada FS, mas sem o abandono das lutas reivindicativas; a Força Sindical a partir de 1993 assume uma postura militante de apoio aos principais eixos da plataforma neoliberal, quais sejam, das privatizações, flexibilização de direitos trabalhistas e redução de gastos sociais. Torna-se interlocutora dos governos Collor e Itamar e joga

papel decisivo na luta ideológica em torno do neoliberalismo; 3) de 1996 a 1998 as duas centrais passaram a investir no oferecimento de serviços aos desempregados, especialmente a partir da política de requalificação profissional; tal política era concebida como a principal ferramenta de luta contra o desemprego, o que esvaziava seu conteúdo de classe, fragiliza as respostas do movimento operário e socialista, e reduz o espaço de contestação capitalista; 4) de 1999 a 2002 esta prática se consolida, especialmente a partir da criação do Centro de Solidariedade ao Trabalhador, pela FS, no final de 1998, e da Central de Trabalho e Renda e da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT, em 1999, ancorados na ideologia do “sindicalismo cidadão” e em alguns casos, aproximando-se do “sindicalismo de negócios” estadunidense.

No governo Lula é possível observar pelo menos dois momentos. 1) De 2003 a 2005, há por um lado uma forte acomodação destas centrais, o que se verificou no apoio às principais reformas (previdenciária e sindical) por parte da FS e da ala majoritária da CUT. 2) De 2006 a 2010 se dá uma reconfiguração do sindicalismo, com a saída de diversos setores da CUT (Contag, CSC) e a criação de várias centrais (CTB, CGTB, Intersindical, Conlutas, NCST); 3) De 2011 em diante consolida-se o período de maior diversificação e dinamismo das centrais brasileiras, bem como maior ativismo dos sindicatos cutistas. Ainda assim a CUT se comporta como uma central fortemente ligada ao governo e a Força Sindical, embora tenha criticado alguns eixos da política econômica, sobretudo a política de juros e o comércio com a China, apoia as medidas protecionistas de interesse da burguesia interna e de incentivo à produção por meio de políticas de crédito consignado e do BNDES. Em vários espaços institucionais, todavia, as duas centrais, historicamente rivais, atuaram conjuntamente e, neste sentido, constituindo-se como força apoio deste governo.

Entretanto, em função da expectativa popular existente em relação à natureza do que poderia ser um governo do PT, as primeiras reformas levaram rapidamente a um processo de frustração e reação. A reforma da previdência impactou diretamente entre os trabalhadores do setor público, levando amplos setores a um processo de crítica e ruptura com a CUT, e finalmente resultando na saída de importantes sindicatos cutistas, como o ANDES, que criam a CSP-Conlutas.

Verifica-se uma estreita relação entre a evolução das greves e as principais transformações político-ideológicas do sindicalismo nas diferentes conjunturas. Por um lado, a consolidação do sindicalismo propositivo e de serviços ocorrida durante a década de 1990, tanto na ala majoritária da CUT quanto na FS, contribui para explicar

porque foi justamente após esse processo de mudança na ideologia político-sindical que o volume de greves se estabilizou nos patamares mais baixos da história recente do sindicalismo brasileiro. Por outro lado, o período mais recente de recuperação da atividade grevista coincide com o maior dinamismo das centrais sindicais. Embora tenham apoiado os governos petistas⁹, ambas as centrais não abandoam a greve como um instrumento eficaz de luta salarial, especialmente nos momentos mais desfavoráveis aos trabalhadores. A Força Sindical defende a greve por empresa, embora seja reticente em relação a greves de categorias e greves gerais (TROPIA, 2009).

No período de 1997 a 2000 o número de greves sofreu uma queda mais acentuada. No plano das lutas, o período anterior coincide justamente com dois importantes episódios que serviram para frear o movimento sindical: a repressão ocorrida durante a greve dos petroleiros em 1995 e a baixa repercussão da greve geral de 1996, momento em que o movimento sindical buscava reagir de maneira mais contundente às políticas neoliberais. Também foi neste período que se consolidou o propositivismo da ala majoritária da CUT e se expandiu o sindicalismo de negócios da FS, prática que vinha sendo gestada desde as câmaras setoriais e os acordos das montadoras, no início dos anos 1990. Assim, em um contexto adverso aos trabalhadores e com um sindicalismo cada vez menos propenso a ações mais diretas, logo no início de seu segundo mandato FHC aprova uma reforma trabalhista que contribuiu para flexibilizar diversos direitos dos trabalhadores, com a incorporação do Banco de Horas – cujo pioneirismo se deve a um acordo dos metalúrgicos do ABC com as montadoras – à legislação trabalhista em 1998. No plano econômico, se por um lado este momento coincide com a estabilização da moeda e a recuperação dos salários, o que contribui para explicar a reeleição de FHC em 1998, por outro se trata de um período de baixas taxas de crescimento do PIB e de alta dos níveis desemprego e informalidade vivido na década de 1990, agravado pela da crise econômica provocada pela desvalorização do real em 1999.

Neste sentido, a redução da atividade grevista é entendida em função das transformações político-ideológicas vividas pelas centrais sindicais em direção a um sindicalismo propositivo e de serviços, o que restringiu sua capacidade de reagir aos limites impostos pela conjuntura, cuja relação de forças era bastante desfavorável.

9 No caso da Força Sindical, embora este apoio jamais tenha sido tão orgânico quanto na CUT, é possível observar uma ruptura a partir de 2013, quando o presidente da central funda um novo partido político – o Solidariedade – que apesar de não disputar as eleições presidenciais de 2014, apoia a candidatura de Aécio Neves no segundo turno.

É certo que este cenário foi marcado por contradições. O apoio da FS ao neoliberalismo foi mais evidente, embora com momentos de descontinuidade (TRÓPIA, 2009), enquanto a CUT teve uma postura mais crítica, mas com a aceitação passiva de alguns aspectos – como a assimilação da ideologia da empregabilidade (SOUZA, 2013). Por sua vez, houve lutas e resistências, especialmente por parte de setores da esquerda cutista, na forma de greves contra as demissões e manifestações contra as privatizações. Porém, na medida em que o movimento se enfraquecia, principalmente pela dificuldade de reversão das demissões (SOUZA, 2014), e as direções se acomodavam a um discurso mais propositivo, as ações se tornavam mais escassas.

A prioridade das principais centrais – CUT e FS – naquele momento passou a ser a requalificação profissional, a “economia solidária”, a gestão de políticas públicas e o diálogo em câmaras setoriais e fóruns tripartites, experiências que serviram de laboratório para a participação institucional no governo, especialmente a partir da chegada do PT à presidência, que contou com não só com o apoio histórico da CUT, mas também da FS, o setor historicamente governista do movimento sindical.

Nessa conjuntura, a estratégia da greve como “último recurso”, plantada no início da década de 1990, também contribuiu para explicar a redução da atividade grevista por um setor do sindicalismo brasileiro. Por outro lado, o surgimento de novas centrais sindicais mais combativas, a eclosão de lutas sob a revelia das direções, as dissidências e resistências dos setores de esquerda da CUT, explicam em parte a retomada da greve como instrumento de luta do sindicalismo brasileiro recente.

Resta saber se as contradições abertas pela conjuntura e a reconfiguração do cenário sindical serão suficientes para consolidar um novo período de ascensão da atividade grevista no país, tal como sugerimos em nosso artigo.

Bibliografia

- ALVES, G. “Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, 2000.
- ARAÚJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. B. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”. In: OLIVEIRA, R. B. (Orgs.) *O Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2014, p. 29-60.

- BOITO JR., A. « A crise do sindicalismo ». Em : RAMALHO, J. R. ; SANTANA, M. A. (Orgs.). *Além da fábrica : trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo : Boitempo, 2003, pp. 319-333.
- BOITO JR., A; MARCELINO, P. “O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000”. *Caderno CHR*, Salvador, v.3, n. 59, mai/ago. 2010, p. 323-338.
- DIEESE. “Balanço das greves em 2010 e 2011, 2012”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=estudos&comboBuscaDirigida=>. Acessado em 28/2/2014.
- _____. “Balanço das greves em 2009 e 2010, 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=estudos&comboBuscaDirigida=>. Acessado em 28/2/2014.
- _____. “Balanço das greves de 2008”, 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=estudos&comboBuscaDirigida=>. Acessado em 28/2/2014.
- GALVÃO, A. “A reconfiguração do movimento sindical no Governo Lula”. *Revista Outubro*, no. 18, 2009, p. 175-197.
- GANZ LÚCIO, C. Balanço das negociações coletivas e das greves no Brasil no período 1998-2007. *Dieese: Mimeo*, 2008. Disponível em: http://www.ibret.org/2conferencia/Apresentacoes/Clemente_T.pdf.
- MATTOS, M. B. As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira. *Anais Anpuh*, GT Mundos do Trabalho, pp. 422-439, Pelotas, 2007.
- NORONHA, E.; ELIAS JR., J.; GEBRIM, V. Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro. *Latin American Studies Association (XXI International Congress)* 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/GarutiNoronha-Gebrine-Elias.pdf> < >. Acesso: 30/04/2012.
- NORONHA, E. “A explosão das greves na década de 80”, in: Boito Jr. (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, São Paulo, Paz e Terra. 1991.
- _____. Ciclo de greves, transição política e estabilização no Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p.119-168, 2009.
- POCHMANN, M. “Desafios atuais do sindicalismo brasileiro”. In: TOLEDO, E. G. (org.). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

- RAMALHO, J. R. ; SANTANA, M. A. « Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social ». Em : _____(Orgs.). *Além da fábrica : trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo : Boitempo, 2003, pp. 11-43.
- RODRIGUES, I. J.. « A trajetória do novo sindicalismo ». Em : _____ (Org.). *O novo sindicalismo : vinte anos depois*. São Paulo ; Petrópolis : Educ/Unitrabalho, Vozes, 1999.
- RODRIGUES, L. M. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ROMÃO, F. A greve do fim do mundo: petroleiros 1995: a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2006.
- SOUZA, D. C. C. de. *Sindicalismo e desempregados: um estudo comparativo das centrais sindicais do Brasil e da Argentina (1990-2002)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- _____. *Sindicato e demissões - estratégias e ações dos metalúrgicos de Campinas e região (1990-2002)*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- TRÓPIA, P. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

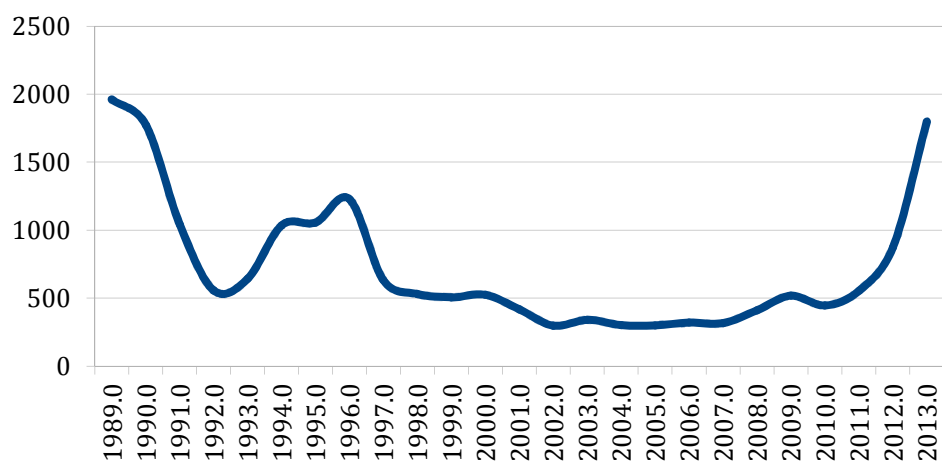
ANEXOS

Tabela 1: Total de greves e média anual segundo os governos (1990-2013)

Governos	Total de greves	Média anual
Collor	3.371	1.123,7
Itamar	1.679	839,5
FHC 1	3.446	861,5
FHC 2	1.745	436,3
Lula 1	1.261	315,3
Lula 2	1.691	422,8
Dilma	3.227	1.075,6
Total	16.420	684,2

Fonte: Elaboração própria a partir do SAG/Dieese.

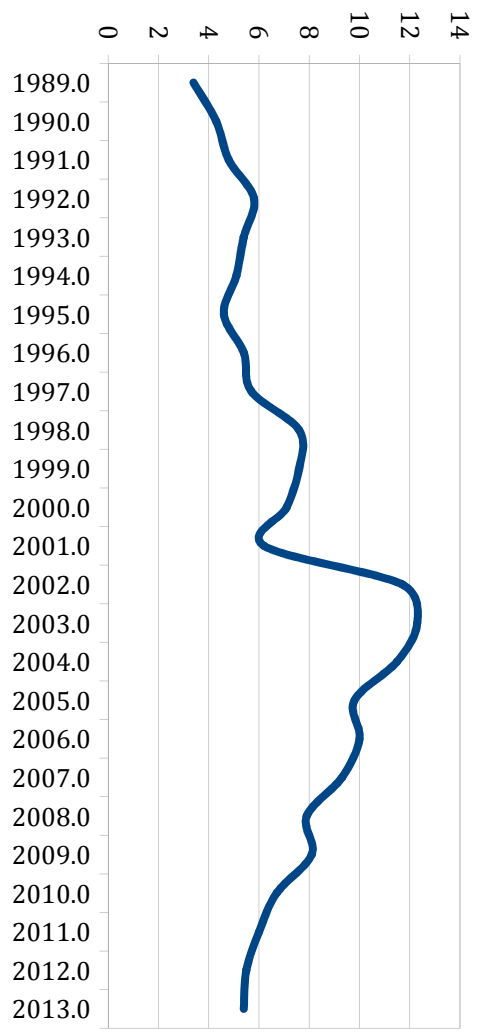
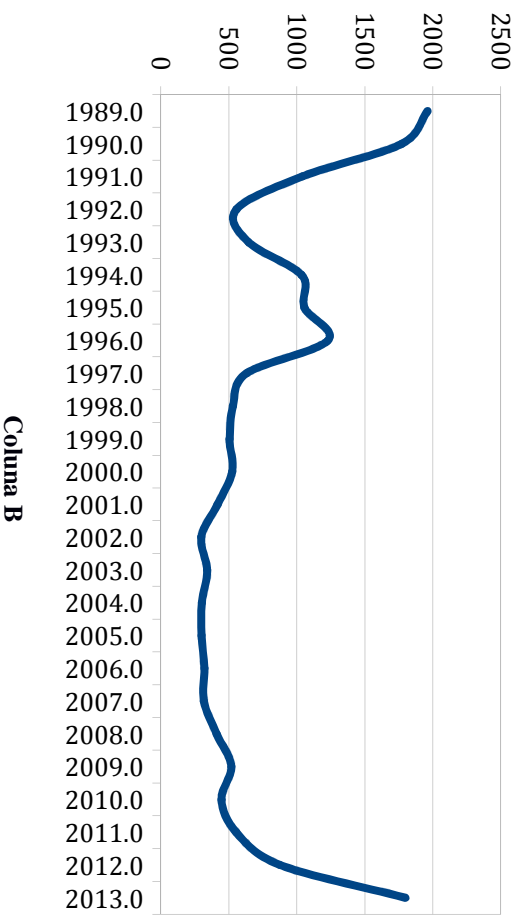
Gráfico 1 – Total de greves no Brasil em números absolutos (1989-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir do SAG/Dieese.

Gráficos 2 (a e b) – Total de greves e taxa de desemprego (1989-2013)

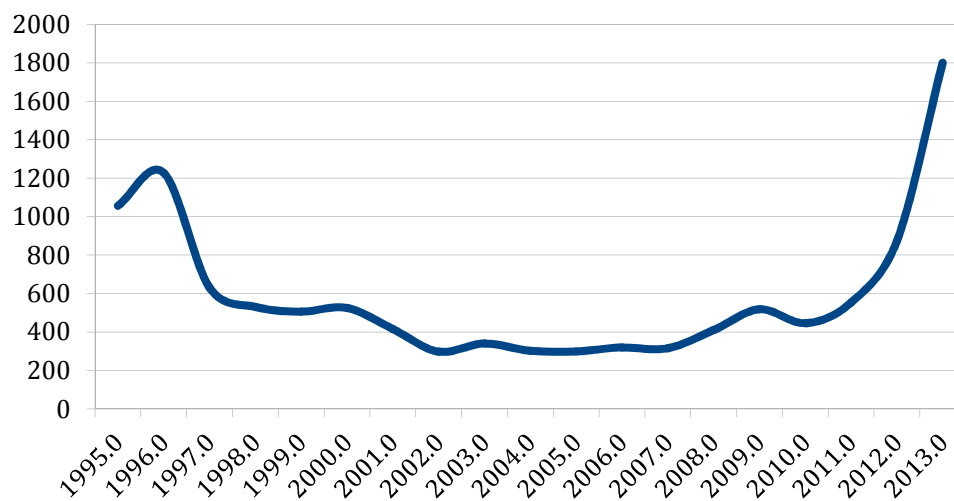
Coluna A



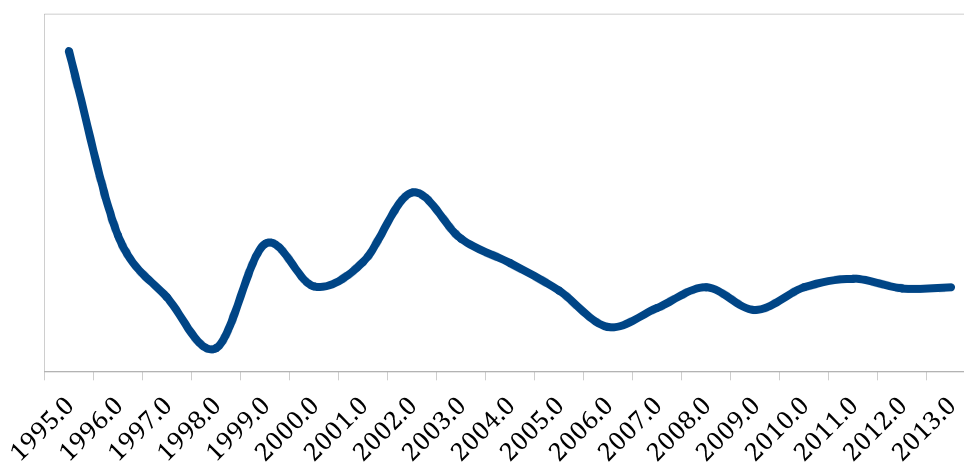
Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese e Cepal

Gráfico 3 (a e b) – Total de greves e índice inflação (1995-2013)

Coluna A



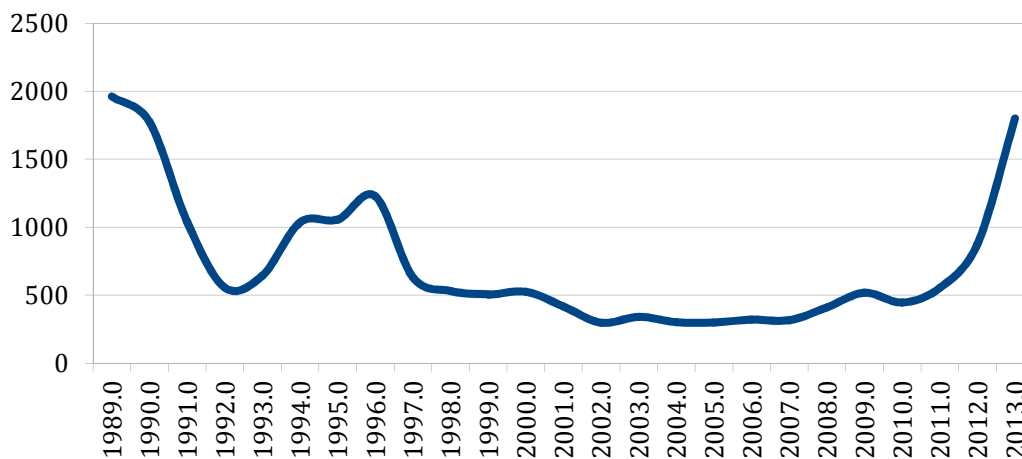
Coluna B



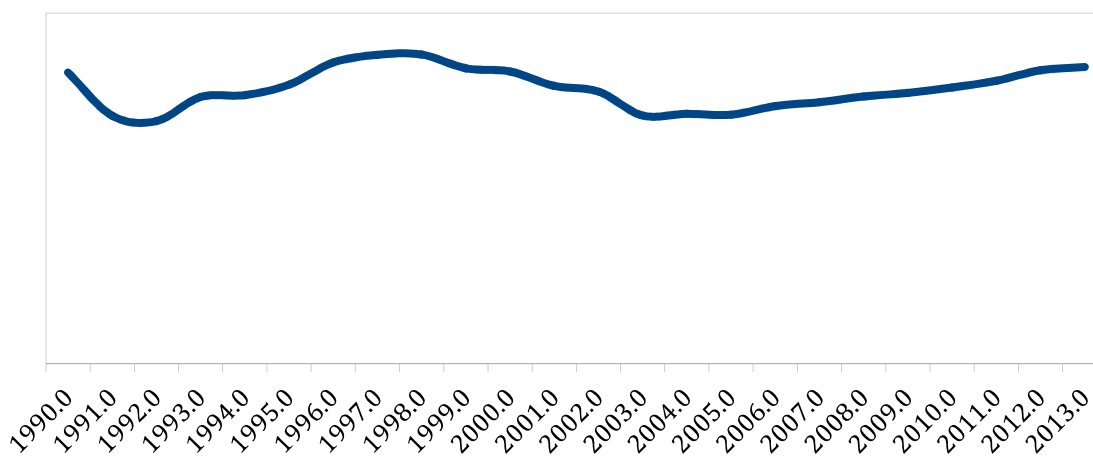
Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese e IBGE (IPCA)

Gráfico 4 a e b – Total de greves e salário médio real a preço constante (2000=100) (1989/1990¹⁰-2013)

Coluna A



Coluna B

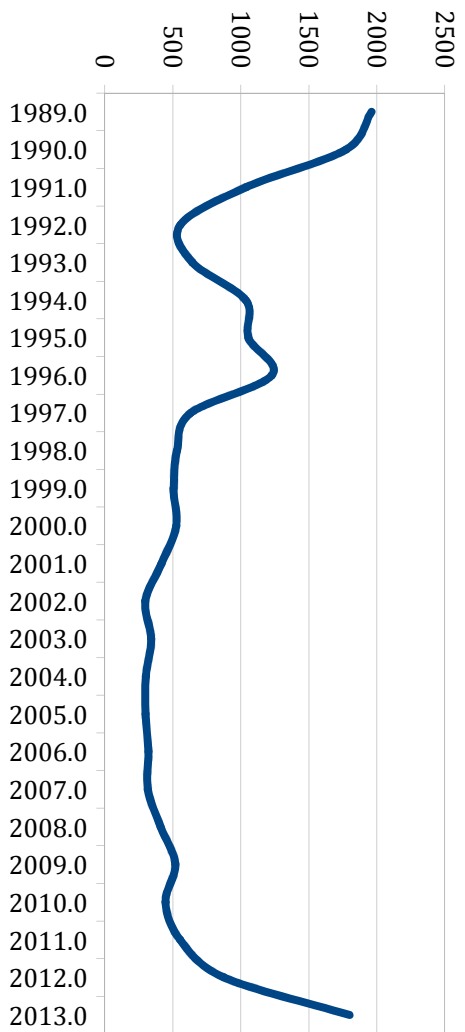


Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese e IBGE (IPCA)

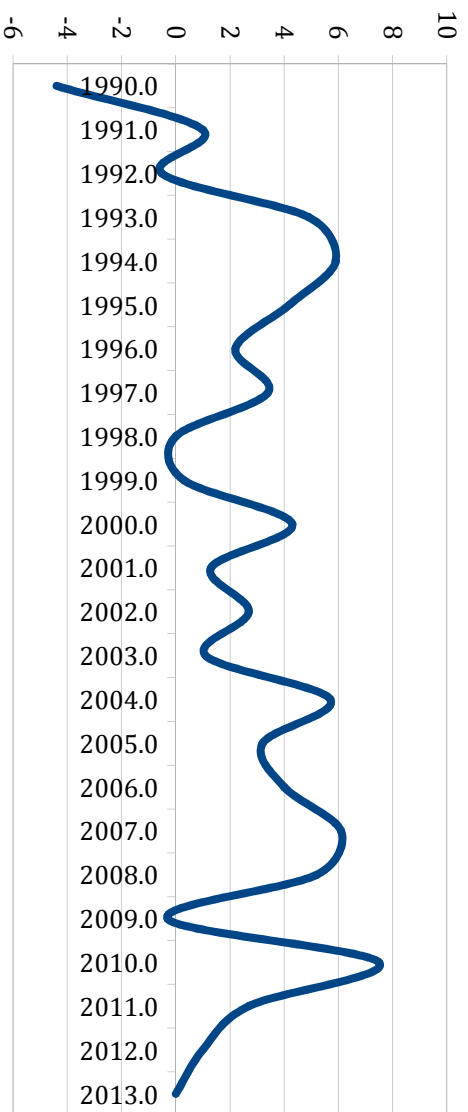
Gráfico 5 (a e b) – Total de greves e taxa de crescimento do PIB a preço constante e (1989-2013)

Coluna A

¹⁰ Tomaremos a partir do ano de 1990 porque não dispomos dos dados de salário médio real para o ano de 1989.



Coluna B



Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal